

A responsabilidade do Jornalismo Ambiental na formação cidadã em tempos de emergência climática

Ilza Maria Tourinho Girardi¹

Sumário executivo

Este *policy paper* explora o papel do Jornalismo Ambiental na construção da cidadania, tratando da sua importância ao fornecer informações que contribuem para a compreensão da gravidade da crise climática. Cidadãos informados podem engajar-se em movimentos socioambientais e pressionar o poder público por medidas eficazes. Esse estudo, baseado em pesquisa bibliográfica, busca elucidar algumas ações da Organização das Nações Unidas (ONU) na construção de políticas para conter o aquecimento global, bem como as denúncias do movimento ecológico sobre a inação dos governos frente aos riscos climáticos e sua repercussão na imprensa. Sob a ótica do Jornalismo Ambiental, a pesquisa avalia a cobertura jornalística sobre meio ambiente no Brasil, com foco no desastre climático que eclodiu no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Ao concluir, destaca-se a responsabilidade do Jornalismo na construção de uma cultura de prevenção de riscos de desastres climáticos, bem como em disponibilizar informações para que os cidadãos participem da tomada de decisões relacionadas às medidas de enfrentamento, mitigação, adaptação e reconstrução no pós desastre.

Desta forma, este *paper* analisa como o Jornalismo hegemônico tem coberto as mudanças climáticas desde os primeiros alertas da ONU sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Desde 1972, diversas conferências foram realizadas para tratar de temas de interesse planetário, tendo em vista a conservação da natureza e da qualidade de vida; todas relacionadas com o clima. A primeira grande iniciativa foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Em 1998, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial, com o objetivo de divulgar o conhecimento mais avançado sobre as mudanças climáticas. Em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Cúpula da Terra”. Como resultado, em 1994 foi estabelecida a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês), um tratado internacional para orientar ações globais no combate ao aquecimento global. Desde então, os países signatários da UNFCCC se reúnem nas Conferências das Partes (COPs, na sigla em inglês) para discutir e implementar medidas destinadas a conter o aumento da temperatura da Terra e enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

A criação desses organismos e a realização das conferências impulsionaram a cobertura da imprensa, que passou a dar maior visibilidade às questões ambientais. Ao mesmo tempo, o movimento ecológico ganhou força, denunciando impactos ambientais e pressionando por mudanças, o que também foi amplamente discutido pelos meios de comunicação. No entanto, as ações do Jornalismo eram passageiras, como demonstrado neste *policy paper*. Havia a

1. Professora Titular aposentada da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Convidada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS. Membro do Observatório do Jornalismo Ambiental (UFRGS). Membro do Núcleo dos Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.

crença de que os jornalistas interessados no tema eram militantes e, portanto, não respeitavam os princípios da objetividade, imparcialidade e neutralidade. Além disso, a cobertura ambiental era vista como uma ameaça aos interesses econômicos e aos patrocinadores das empresas jornalísticas. Diante desse cenário, a temática foi assumida pelo Jornalismo não hegemônico, que historicamente enfrenta dificuldades financeiras para manter sua atuação.

Com isso, argumento neste *paper* que, no que tange à pauta climática, o Jornalismo hegemônico deixou de cumprir seu papel fundamental de promover a circulação de temas essenciais para a cidadania. No entanto, a partir do governo Bolsonaro, diante dos ataques à área ambiental, a imprensa tradicional foi compelida a assumir, entre outras, a defesa da natureza e das comunidades tradicionais, ainda que suas coberturas apresentem limitações e mereçam reparos. Nesse contexto, para contribuir com o Jornalismo Ambiental — uma abordagem que pode ser adotada em todas as editorias, além da imprensa especializada — sugere-se as seguintes medidas:

1. Observação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, aprovadas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013;
2. Ampla inclusão da disciplina de Jornalismo Ambiental nos currículos dos cursos de Jornalismo no país;
3. Obrigatoriedade da educação ambiental, desde o ensino fundamental até o ensino universitário, podendo ser implementada por meio de disciplinas ou projetos interdisciplinares;
4. Abertura de editais para financiamento da mídia ambiental pelo governo brasileiro, a fim de dar sustentação aos veículos de Jornalismo Ambiental, incluindo o salário dos profissionais;
5. Abertura de editais para financiamento de projetos de Jornalismo Ambiental em rádios comunitárias, organizações do movimento ecológico e/ou comunitário, incluindo a remuneração dos profissionais;
6. Abertura de editais para organização dos congressos promovidos pela Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental;
7. Abertura de editais para financiar projetos de Jornalismo Ambiental voltados para todos os biomas brasileiros;
8. Criação de linhas de pesquisa em Comunicação e Jornalismo Ambiental nos cursos de pós-graduação em comunicação, em especial nas universidades públicas.

Palavras-chave

Jornalismo Ambiental; Cidadania; Emergência Climática.

“A finalidade do Jornalismo é colocar em circulação informações essenciais que permitam ao leitor, ouvinte, telespectador ou internauta participar dos processos de decisão na sua comunidade, município, estado e país.”

“O Jornalismo Ambiental é uma especialidade do Jornalismo, ou mesmo uma forma de olhar o mundo (Frome, 2008), uma perspectiva que carrega consigo o compromisso com a defesa da vida em todas as suas dimensões. No Brasil, foi impulsionado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Antes da Conferência, os jornais prepararam-se criando editorias de meio ambiente ou cadernos especiais, que aos poucos foram abandonados pelos veículos.”

1. O Jornalismo Ambiental e os desastres climáticos

Diante do cenário de emergência climática e de outros problemas ambientais resultantes de opções tecnológicas que causam danos à saúde de todos os seres, cabe iniciar esta reflexão com a seguinte pergunta: qual é a finalidade do Jornalismo? Vários autores já se debruçaram sobre esse questionamento, procurando demonstrar a importância dessa prática em uma sociedade democrática. A finalidade do Jornalismo é colocar em circulação informações essenciais que permitam ao leitor, ouvinte, telespectador ou internauta participar dos processos de decisão na sua comunidade, município, estado e país. Conforme Kovach e Rosenstiel (2004, p.31), o Jornalismo contribui com a identificação “dos objetivos da comunidade, seus heróis e vilões”. Sociedades que desejam eliminar a liberdade iniciam esse processo censurando a imprensa (Kovach e Rosenstiel, 2004). Em seus primórdios, a atividade atuava em favor de causas reconhecidamente importantes para o interesse público, mas, com o tempo, tornou-se uma prática mercantil, voltada ao consumo e à defesa de interesses privados (Oliveira, 2017); o que dificultou a publicação de informações relacionadas à pauta ambiental.

A defesa de causas socioambientais tornou-se difícil, pois o Jornalismo passou a ser associado a uma suposta atividade imparcial, objetiva e isenta, como se fosse possível suprimir a subjetividade do jornalista. No entanto, essa prática exige do profissional escolhas sobre o tema a ser discorrido, a abordagem a ser adotada e quais as fontes que serão ouvidas (Dornelles, 2008; Bueno, 2007). Essas fontes devem representar a diversidade de vozes que têm algo a dizer sobre o assunto em questão.

Jornalistas que pautavam temas ambientais eram comumente rotulados como “militantes” ou “ativistas” (Bueno, 2007; Frome, 2008; Girardi *et al.*, 2012; Loose e Belmonte, 2023) quando buscavam ouvir fontes das áreas relacionadas à defesa da natureza e das comunidades e povos tradicionais. No entanto, tais rótulos não ocorriam com jornalistas que, por exemplo, destacavam a importância do agronegócio para a economia do país, sem questionar as tecnologias prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. Felizmente os jornalistas defensores do meio ambiente não desistiram e até criaram espaços em meios não hegemônicos², praticando o que se passou a denominar de Jornalismo Ambiental ou Ecojornalismo.

O Jornalismo Ambiental é uma especialidade do Jornalismo, ou mesmo uma forma de olhar o mundo (Frome, 2008), uma perspectiva que carrega consigo o compromisso com a defesa da vida em todas as suas dimensões. No Brasil, foi impulsionado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Antes da Conferência, os jornais prepararam-se criando editorias de meio ambiente ou cadernos especiais, que aos poucos foram abandonados pelos veículos. Toda a mídia jornalística voltou-se para o evento e várias revistas especializadas na cobertura ambiental foram criadas na época, tendo aos poucos o mesmo destino das editorias. Ao longo do tempo, após a ECO 92, outras revistas surgiram, mas também sofreram descontinuidade por problemas econômicos ou por mudança nas políticas editoriais das empresas. O mesmo ocorreu com programas de rádio (Loose, 2010; Schwaab, 2007).

Inicialmente, a cobertura ambiental era considerada um ramo do jornalismo científico. No entanto, com os preparativos para a ECO 92, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) reali-

2. De acordo com Loose (2022) os meios hegemônicos são também denominados de tradicional, convencional, de referência, *mainstream* ou comercial. São associados à objetividade, apresentam amplo alcance e estabilidade em sua estrutura econômica. Os meios não hegemônicos possuem uma estrutura organizacional mais frágil, apresentam menor alcance de públicos e não se pautam pela objetividade.

zou, entre 27 e 30 de novembro de 1989, o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente (Belmonte, 2017). Esse seminário contribuiu para a consolidação do Jornalismo Ambiental no Brasil, pois os jornais passaram a se preparar para a Conferência. Também a pedido da Fenaj, foram criados núcleos de Jornalismo Ambiental em alguns estados, sendo que o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, criado em 1990, existe até hoje. Esse grupo já organizou diversos cursos, seminários e um congresso gaúcho de Jornalismo Ambiental, que foi posteriormente substituído pelos congressos brasileiros de Jornalismo Ambiental, realizados pela Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, criada em 1998. O último e 8º congresso ocorreu em Fortaleza, nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2024. O evento foi uma realização da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), do Instituto Eco Nordeste e do Instituto Envolverde, com apoio do curso de Jornalismo da Universidade de Fortaleza (Unifor).

“Em meio a esse interesse pontual, surgiram as primeiras disciplinas de Jornalismo Ambiental no Brasil em 2003 (Girardi, Loose e Steigleder, 2021), para formar jovens jornalistas que implementassem um trabalho de qualidade nas redações e demonstrassem a urgência dessa abordagem aos editores. Concomitante a isso, a pesquisa acadêmica dedicou-se à construção de um referencial teórico para dar suporte a essa área do conhecimento e contribuir para a qualificação do Jornalismo Ambiental.”

Mesmo com esse interesse da categoria, as empresas jornalísticas oscilam na atenção a essa pauta, que fica muitas vezes condicionada à realização de conferências da ONU sobre meio ambiente, a desastres climáticos e ambientais, ou desastres provocados pelo homem, com danos ao meio ambiente. Em meio a esse interesse pontual, surgiram as primeiras disciplinas de Jornalismo Ambiental no Brasil em 2003 (Girardi, Loose e Steigleder, 2021), para formar jovens jornalistas que implementassem um trabalho de qualidade nas redações e demonstrassem a urgência dessa abordagem aos editores. Concomitante a isso, a pesquisa acadêmica dedicou-se à construção de um referencial teórico para dar suporte a essa área do conhecimento e contribuir para a qualificação do Jornalismo Ambiental.

Para tanto, além das teorias do Jornalismo, especialmente no campo da ética e da função social do jornalismo na construção da cidadania, recorreu-se à busca de conhecimentos na Sociologia, Geografia, Biologia, História, Ciência do Clima, Economia, Física, entre outras áreas. Nesse contexto, a construção do saber ambiental é fundamental para atender aos desafios do Jornalismo que defende a vida. Para Leff (2001, p. 145) “O saber ambiental excede as ‘ciências ambientais’, constituídas como um conjunto de especializações surgidas dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais para abrir-se aos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais”.

Com essa perspectiva, o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, mesmo antes do seu registro no CNPq/UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) no ano de 2008, incorporou esse olhar abrangente em suas pesquisas. Os paradigmas da Complexidade (Morin, 2005) e da Ecologia Profunda (Capra, 1982), e a Corrente Teórica Ecosocial sobre Sustentabilidade (Caporal e Costabeber, 2000), apoiados nas áreas do conhecimento já mencionadas, contribuíram para a formação desse modo de enxergar a natureza e suas conexões.

Importa aqui destacar que nem toda cobertura de pauta ambiental é considerada Jornalismo Ambiental. Observando reportagens sobre meio ambiente e diversos estudos realizados sobre o tema, elencou-se alguns pressupostos epistemológicos, ainda em fase de construção, considerados essenciais para que a reportagem seja realizada na perspectiva do Jornalismo Ambiental. A seguir, são apresentados os pressupostos atualizados por Girardi *et al.* (2020):

Figura 1. Pressupostos do Jornalismo Ambiental

- | | |
|---|--|
| <p>1 ÊNFASE NA CONTEXTUALIZAÇÃO
A abordagem que deve ser ampla, profunda, crítica e apresentar a perspectiva sistêmica.</p> | <p>5 COMPROMETIMENTO COM A QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Envolve engajamento e militância em defesa da sustentabilidade da vida.</p> |
| <p>2 PLURALIDADE DE VOZES
O jornalista deve ouvir as comunidades envolvidas, além das fontes científicas, políticas e empresariais.</p> | <p>6 RESPONSABILIDADE COM A MUDANÇA DE PENSAMENTO
O Jornalismo deve assumir sua função educativa.</p> |
| <p>3 ASSIMILAÇÃO DO SABER AMBIENTAL
Possibilita a incorporação de novos valores que vão ampliar o olhar ambiental.</p> | <p>7 INCORPORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO
Amplia o tempo de ação do Jornalismo, orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas.</p> |
| <p>4 COBERTURA PRÓXIMA À REALIDADE DO LEITOR
Trazer as questões ambientais para perto da realidade dos leitores.</p> | |

Fonte: Elaboração própria, com base em Girardi *et al.* (2020).

De acordo com os autores, dificilmente tais pressupostos poderiam ser incorporados em uma cobertura factual, especialmente diante da fragmentação do noticiário diário. Matérias

que não ampliam o conhecimento ou o engajamento pela causa ambiental são classificadas como jornalismo sobre meio ambiente, e não como Jornalismo Ambiental, pois não demonstram inclinação em defesa da natureza. Por essa razão, é fundamental estimular reportagens que forneçam ao público informações contextualizadas, permitindo que reflitam sobre o tema e discutam com amigos, colegas de trabalho ou membros da comunidade. Dessa forma, a disseminação de informações corretas pelo Jornalismo fortalece o processo de construção da cidadania.

2. Coberturas com foco na cidadania ambiental

O jornalista uruguaio Víctor Bacchetta (2000, p. 18) destaca o compromisso educativo do Jornalismo Ambiental e seu papel para a formação cidadã. Para ele:

“O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, com a difusão de temas complexos e análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária.”

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, com a difusão de temas complexos e análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (Bacchetta, 2020, p, 18).

No entanto, ao longo dos anos disseminaram-se reportagens com visões parciais e voltadas à defesa de um modelo econômico predador, em busca do lucro, apesar dos impactos, sob o argumento de que determinadas práticas estavam de acordo com o projeto de desenvolvimento sustentável – conceito este que merece reflexão e rigor no uso. Importante destacar aqui que nenhum jornalismo é neutro ou imparcial. O que se observa é que o jornalismo hegemônico se considera neutro, se diz imparcial, mas, no entanto, defende ou dá visibilidade a projetos que desconsideram os direitos da sociobiodiversidade.

Diversos estudos realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS demonstraram a inclinação do Jornalismo hegemônico para defender o desenvolvimento sem respeitar os limites da natureza, como, por exemplo, mostrar as vantagens da plantação de eucalipto e soja no Bioma Pampa. Em um desses, Girardi *et al.* (2013) analisaram os discursos e as fontes de informação presentes na cobertura de revistas brasileiras acerca da 15ª e da 16ª Conferência das Partes (COP 15 e 16) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), realizadas em 2009 na Dinamarca e em 2010 no México. Para a análise foram selecionadas as edições das revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*, no período de 5 a 20 de dezembro de 2009 e de 27 de novembro a 12 de dezembro de 2010. Essas publicações são consideradas de referência, pois nelas circulam personalidades do campo da política e da economia, além de representantes de associações importantes.

Para a COP 15, esperava-se que os países estabelecessem metas mais arrojadas para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, substituindo o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu a redução de 5% das emissões em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012. No entanto, os países desenvolvidos não quiseram se comprometer com tais reduções. O Brasil prometeu reduzir 36,1% e 38,9% da emissão de GEE até 2020. Por sua vez, a China propôs a redução em 40 a 45%, enquanto os Estados Unidos propuseram 17%. No final, Estados Unidos, Brasil, China, Índia e África do Sul concordaram em estabelecer medidas para limitar o aumento das temperaturas globais a 2°C acima dos níveis pré-industriais, e os países presentes se comprometeram a anotar suas metas voluntariamente (BBC News, 2019).

A COP 16 teve menos repercussão que a anterior, mas a maioria dos países cumpriu a promessa de registrar suas metas voluntárias. Além disso, houve consensos, tais como a criação de mecanismos para transferência de tecnologias limpas e preservação das florestas, bem

como a criação do fundo de ajuda à adaptação e mitigação das mudanças climáticas (Girardi *et al.*, 2013).

O objetivo da pesquisa foi, portanto, verificar como se deu a construção do discurso sobre sustentabilidade no marco das COPs 15 e 16. Para a análise, partiu-se da compreensão de que “sustentabilidade é a capacidade de um sistema ou de um processo de existir de forma equilibrada por um determinado tempo. Essa capacidade está presente numa sociedade quando ela se organiza de tal forma que consegue garantir o direito à vida de todos os seres que dela fazem parte” (Girardi *et al.*, 2013, p. 180). O conceito está alinhado à corrente teórica ecossocial apresentada por Caporal e Costabeber (2000).

A partir disso, obtivemos a constatação da predominância da corrente ecotecnocrática, também proposta pelos mesmos autores, em contraposição à corrente ecossocial. A última, considera a disparidade econômica e social entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, criticando e pondo em xeque as propostas de cunho mercantil. Ela problematiza o consumo ilimitado e propõe uma mudança na relação do homem com a natureza, além de respeitar a diversidade cultural e os modos de vida. A corrente ecotecnocrática, por sua vez, defende o otimismo tecnológico para resolver o problema das mudanças climáticas e aumentar a produção de alimentos.

“Ao apresentar só um lado, o jornalismo deixa de cumprir o dever de disponibilizar informações aos cidadãos e mostra que as decisões são tomadas levando em conta as pressões do capitalismo, o que prejudica ou retarda a adoção das medidas para evitar o aquecimento do planeta além dos limites acordados.”

As revistas analisadas deram voz predominantemente para as fontes dos setores econômico, político e científico, apesar da presença de movimentos sociais em ambas conferências. A participação dos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, catadores, movimentos de mulheres, comunidades religiosas e outros enriquece as discussões, permitindo a apresentação de suas reivindicações para a construção da paz, a erradicação da fome e a garantia dos direitos da sociobiodiversidade ao bem viver. Ao apresentar só um lado, o jornalismo deixa de cumprir o dever de disponibilizar informações aos cidadãos e mostra que as decisões são tomadas levando em conta as pressões do capitalismo, o que prejudica ou retarda a adoção das medidas para evitar o aquecimento do planeta além dos limites acordados.

Em outro esforço analítico, Girardi, Pedroso e Baumont (2011), estudaram a construção do discurso sobre sustentabilidade no Caderno Ambiente de Zero Hora, jornal de referência no Rio Grande do Sul. O corpus da pesquisa foi constituído por todas as edições do caderno, desde seu lançamento em 30 de outubro de 2003 até a última edição no ano de 2007, totalizando 39 exemplares. Para a análise, optaram pelo referencial teórico metodológico da Análise do Discurso (Orlandi, 2000). Constataram que, quando as matérias se referiam à sustentabilidade, havia a predominância do discurso com viés ecotecnocrático (Caporal e Costabeber, 2000) e vinculado a fontes técnicas e oficiais. As pesquisadoras observaram que o discurso, a partir de fontes oficiais e empresariais, demonstra a crença na “ciência, na tecnologia e no progresso econômico como autorreguladores do sistema planetário” (2011, p. 56). Segundo as matérias analisadas, a sustentabilidade é apresentada como um instrumento a serviço dos objetivos do mercado.

Das 39 matérias analisadas, apenas 13 incluíam fontes não oficiais. Embora as fontes oficiais sejam relevantes, é fundamental garantir espaço para outras perspectivas. A ciência também precisa ter voz, especialmente quando alinhada à defesa da vida e das comunidades. No entanto, o direito à fala dos representantes de comunidades deve ser assegurado.

Em 2010, a então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crúcius, lançou o Programa Floresta-Indústria RS (Rio Grande do Sul, 2010)³ para incentivar as atividades “florestais”, que, na prática, consistiam no plantio de eucaliptos e pinus. Dessa forma, a política pública acabou favorecendo a expansão de empreendimentos das empresas produtoras de celulose e papel no estado gaúcho. Com a justificativa da geração de emprego e renda, o governo e a imprensa hegemônica defenderam a ampliação das lavouras de eucalipto no Pampa gaúcho, onde predomina a vegetação campestre. A mobilização dos pesquisadores e dos ecologistas apontando os problemas para a sociobiodiversidade não convenceram o

3. O Decreto nº 47.175, de 14 de abril de 2010, que instituiu o Programa Floresta-Indústria RS, foi revogado pelo Decreto nº 55.296, de 5 de junho de 2020 (Rio Grande do Sul, 2020).

governo do estado e setores da imprensa de que a escolha era inadequada. Além do envenenamento da região com o uso de agrotóxicos, havia a preocupação com o excessivo uso de água dessa monocultura.

Com base nessas condições, Fante (2012) analisou as representações sociais do bioma Pampa nos jornais Correio do Povo e Zero Hora. O estudo constatou a circulação de representações sociais ancoradas na propagação e na difusão do desenvolvimento econômico-financeiro do agronegócio globalizado da celulose em detrimento da conservação da sociobiodiversidade do bioma sulino. As matérias analisadas apontavam para um futuro promissor para as regiões onde os cultivos fossem implantados, o que não se confirmou nos anos seguintes.

Ainda, Moraes (2015) investigou a articulação dos discursos sobre mudanças climáticas durante a cobertura da Rio+20 realizada pelas revistas Veja, Isto É, Carta Capital e Época. A pesquisa evidenciou que o discurso das revistas é derivado da formação discursiva hegemônica, com enfoque econômico sustentado nos conceitos de modernização ecológica e desenvolvimento sustentável, sendo atravessado pela percepção de risco e incerteza sobre o futuro da humanidade. Por sua vez, Loose (2021), utilizando como base de investigação a Análise Crítica do Discurso de matriz inglesa e a crítica colonial, demonstrou a dificuldade de veículos não hegemônicos de se desvincularem dos preceitos que dominam o campo jornalístico ao realizarem a cobertura climática.

Algumas pesquisas demonstraram a preponderância do discurso ecossocial em coberturas feitas por revistas especializadas em meio ambiente (Loose, 2010) e em programas de rádio também especializados em meio ambiente (Schwaab, 2007). Por sua vez, em 2012, Sordi (2012) concluiu uma pesquisa na qual analisou os sentidos do verde nas páginas do Jornal Zero Hora. O interesse pela investigação surgiu ao observar a cobertura conferida à instalação de uma planta de plástico verde pela empresa Brasken, no Rio Grande do Sul. A pesquisadora identificou a predominância do discurso ecotecnocrático com interesses comerciais, afastando-se dos sentidos ecológicos que são conferidos ao verde. Além da predominância do paradigma economicista, os estudos apontaram a ausência de contextualização adequada e da pluralidade de vozes, demonstrando a inexistência do saber ambiental e do compromisso com a cidadania.

Entidades empresariais e do agronegócio no Brasil, bem como políticos, frequentemente consideram a legislação ambiental um entrave ao desenvolvimento. As investidas no sentido de alterar a legislação tem como argumento a necessidade de modernizá-la. Um exemplo é o que ocorreu com o PL 431/2019, que moderniza o Código do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, conforme consta na notícia publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado (Trindade, 2019).

Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), ocorreu uma verdadeira “cruzada” para o desmonte da política ambiental do país. As propostas, como o plano de “passar a boiada”, verbalizado pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (G1, 2021), foram tão graves que a imprensa brasileira reagiu com uma “batalha” de informações em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas e quilombolas, frequentemente desrespeitados pelo próprio presidente da República. O Jornal Nacional da Rede Globo foi um dos que encampou a missão de denunciar os desmandos, dando voz a cientistas e às comunidades atingidas. Constatou-se um avanço na cobertura, indicando que a imprensa tinha acordado para a sua função social de oferecer informações para o exercício da cidadania ambiental.

Girardi, Loose e Steigleder (2020) observaram uma mudança qualitativa na cobertura da imprensa aos temas ambientais nesse período. Nessa perspectiva, decidiram analisar a cobertura do Jornal Nacional, efetuando o mapeamento dos telejornais durante os meses de janeiro (início da gestão Bolsonaro) a junho de 2019. Na época, o presidente cancelou a realização da COP-25, que seria realizada no Brasil. Além disso, ampliou a voz de negacionistas quando colocou em posições de destaque no governo pessoas como o ministro das Relações Exteriores, o diplomata Ernesto Araújo, e o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Com o estudo, as pesquisadoras perceberam a transversalidade da pauta ambiental no Jornal Na-

cional que, chegou a relacionar a alteração do regime de chuvas e a recorrência de eventos extremos com as mudanças climáticas. Um exemplo é a matéria “Temporais fazem parte de uma nova realidade, diz climatologista”, exibida em nove de abril de 2019 (Jornal Nacional, 2019b). Tais pautas passaram a ser conectadas com políticas públicas, apontando, por exemplo, o abandono das comunidades indígenas da Amazônia que foram espremidas pelo garimpo e pelos madeireiros com graves consequências para sua existência. Nesse contexto, a reportagem “Índios se manifestam sobre decisão de governo de construir linha de Tucuruí” foi apresentada na edição de 21 de março (Jornal Nacional, 2019a). Ao reclamarem que não foram ouvidos pelo governo, indígenas Waimiri Atroari exigem um projeto de compensação. Conforme apontam as autoras, a cobertura do Jornal Nacional aproximou-se das orientações do Jornalismo Ambiental, pois passou a “conectar causas e consequências, problemas e soluções para além de editoriais específicas” (p. 60), o que significa um avanço.

3. Por uma cultura de prevenção de riscos de desastres climáticos: o caso do Rio Grande do Sul

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o maior desastre climático da sua história, com tempestades que geraram enchentes e inundações, afetando 478 das 497 cidades do estado, ou seja, mais de 90% do território. O desastre resultou em 183 perdas humanas, centenas de animais mortos, devastação da fauna e flora silvestre, além de destruição de infraestruturas como moradias, plantações e estradas (Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2024). Os maiores impactos foram sentidos pelas populações de baixa renda e comunidades tradicionais, incluindo quilombolas, pescadores artesanais e comunidades indígenas.

Em 26 de abril de 2024, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta de tempestades para todo o estado, mas a enchente se intensificou em maio. Aulas e outras atividades, inclusive do comércio, foram suspensas e a população foi aconselhada a estocar água e alimentos e a não se expor na rua durante as tempestades. Em contraste, somente no início de outubro de 2024, cinco meses após os desastres e em pleno período eleitoral para as prefeituras, Porto Alegre lançou o seu Plano de Ação Climática (2024). Ressalta-se que tal plano, assim como o do Rio Grande do Sul e demais municípios do estado deveriam estar concluídos há muito tempo, o que evidencia o descuido com a prevenção. Os alertas não informavam sobre rotas de fuga, para onde ir, nem como as pessoas deveriam se preparar para sair de casa em busca de local seguro.

Assim, a ausência de uma cultura de prevenção de riscos de desastres fez com que os abrigos fossem organizados às pressas para acolherem milhares de pessoas, que tiveram que deixar suas moradias somente com a roupa do corpo e, quando muito, carregando seus animais de estimação (Terra, 2024). A situação se agravou muito em Porto Alegre, porque os equipamentos de proteção contra inundações não estavam funcionando por falta de manutenção (G1, 2024).

O Estado do Rio Grande do Sul já passou por vários eventos climáticos extremos, no entanto, essa realidade não é reconhecida nem adequadamente enfrentada pelos governantes e políticos. Muitos deles rechaçavam os alertas, estudos e pareceres de ecologistas (Lutzenbeger, 1974; Lacerda, 2016; Milanez, 2021; Agapan, 2023; Lacerda, 2023; Agapan, 2024) cuja atuação de muitos anos é reconhecida nacionalmente em prol do equilíbrio ecológico.

Internacionalmente, os alertas já têm sido emitidos há décadas. Recordar-se que o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) foi criado em 1988 e seu primeiro relatório foi concluído em 1990. Em 1992, o IPCC apresentou um estudo suplementar que, dentre as conclusões, apontou o aumento considerável das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades humanas, como anidrido carbônico, etano, clorofluorcarbonetos e óxido nitroso. Anualmente, os países membros se reúnem para discutir medidas para conter o aquecimento do planeta. Entretanto, nossos governantes tomam medidas que vão

para o caminho oposto e, quando ocorre um evento extremo, agem como se não fosse uma tragédia anunciada.

Em 2006 o documentário e relatório do Greenpeace “Mudanças do Clima, Mudanças de Vidas” revelou que o aquecimento do Planeta estava causando vítimas, doenças e grandes prejuízos econômicos em todo o país. Com depoimentos de pessoas das comunidades afetadas e análises de cientistas, o vídeo mostrou os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia, no Nordeste, no Sul e na região litorânea. O relatório registra também “como o desmatamento e as queimadas fazem do Brasil o quarto maior emissor de gás carbônico do planeta” (Greenpeace, 2006). No mesmo ano, foi divulgado o Informe Stern⁴ (2006) e o documentário “Uma Verdade Inconveniente” (2006)⁵, publicizando os riscos das mudanças climáticas.

Nos dias 27 e 28 de março de 2004, um ciclone, também conhecido como Furacão Catarina, atingiu o sul de Santa Catarina e o litoral norte do Rio Grande do Sul. Testemunhou-se um evento meteorológico de grande proporção e sem precedentes, que causou muitos danos materiais, resultou na morte de 11 pessoas e deixou 518 feridos (Greenpeace, 2006). Em 2016, Porto Alegre foi atingida por um fenômeno chamado microexplosão⁶, com ventos de até 150 km/hora. Ocorreram muitos danos nas moradias, quedas de árvores e falta de luz por cerca de um mês em diversos bairros. Tais eventos foram esquecidos pelos políticos negacionistas em relação às mudanças climáticas (GZH, 2016).

Durante a enchente que assolou o Vale do Rio Taquari em 2023, o Jornal Zero Hora republicou um artigo de José Lutzenberger, engenheiro agrônomo e ambientalista de renome mundial, além de um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). No artigo, com o título “Inundações, suas causas e consequências”, publicado originalmente em 1974, estava o alerta sobre a mudança no clima e a importância da conservação da vegetação nativa:

[...] À medida que progride a desnudação das montanhas, das cabeceiras e margens dos rios, à medida que desaparecem os últimos banhados, outros grandes moderadores do ciclo hídrico, a paisagem mais e mais se aproxima da situação do deserto, os rios se tornam mais barrentos e mais irregulares. Onde havia um fluxo regular, alternam-se então estiagens e inundações catastróficas. Só uma inversão no processo de demolição das paisagens pode inverter a corrida para calamidades sempre maiores. [...] A função do bosque como regulador não se limita ao trabalho de freio mecânico e amenizador do grande ciclo da água, engrenagem mestra do sistema de suporte de vida. O bosque e todos os demais ecossistemas, savanas, pampas, cerrados, cerradões, banhados ou caatinga, desertos, lagos ou oceanos têm cada uma sua função específica e orquestrada nos grandes equilíbrios climáticos. É fácil compreender que o bosque tem outra refletividade para os raios solares, outra taxa de evaporação da água, oferece outra forma de resistência ao vento, diferentemente do deserto, do lago, da savana (Lutzenberger, 1974, p. 6).

Mais uma vez ignorando os alertas, o governador Eduardo Leite (PSDB) sancionou, no dia 9 de abril de 2024, o Projeto de Lei 151/2023 de autoria do deputado estadual Rodrigo Lorenzini Zucco, flexibilizando ainda mais o Código Estadual de Meio Ambiente (Rio Grande do Sul, 2024). O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa permite a construção de barragens e açudes em Áreas de Preservação Permanente (APP) no Rio Grande do Sul. Conforme a argumentação, seu objetivo é promover o armazenamento de água para a agropecuária como medida de enfrentamento à estiagem. De fato, o desastre ocorrido no mês seguinte e que continua em processo, já que mais de 1000 pessoas ainda estão desabrigadas (CNN Brasil, 2024b), não mudou a visão dos governantes.

4. Relatório encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos das mudanças climáticas na economia mundial, nos próximos 50 anos.

5. Documentário dirigido por Davis Guggenheim em colaboração com Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública internacional sobre as mudanças climáticas.

6. Microexplosão é o “fenômeno que ocorre quando uma corrente de vento violenta se separa de uma nuvem de tempestade e se desloca com força em direção ao solo”. Seu poder destrutivo é semelhante ao tornado (CNN Brasil, 2024a).

“À medida que progride a desnudação das montanhas, das cabeceiras e margens dos rios, à medida que desaparecem os últimos banhados, outros grandes moderadores do ciclo hídrico, a paisagem mais e mais se aproxima da situação do deserto, os rios se tornam mais barrentos e mais irregulares. Onde havia um fluxo regular, alternam-se então estiagens e inundações catastróficas. Só uma inversão no processo de demolição das paisagens pode inverter a corrida para calamidades sempre maiores. [...] A função do bosque como regulador não se limita ao trabalho de freio mecânico e amenizador do grande ciclo da água, engrenagem mestra do sistema de suporte de vida.”

4. Construindo um futuro conectado com a vida

Os fatos e reflexões apresentados ao longo deste *policy paper* reafirmam o papel fundamental do Jornalismo Ambiental, uma vez que a mídia é responsável por dar visibilidade às mudanças climáticas e seus riscos, mesmo quando ainda parecem distantes. Estudos revelam que o desastre climático só se torna perceptível aos sentidos humanos quando já é tarde para evitar seus prejuízos (Loose e Girardi, 2017). De acordo com Loose, Camana e Belmonte (2017) é através da comunicação que os jornalistas podem gerar alertas e chamar atenção da população para um debate público, que tenha perspectiva preventiva e de adaptação aos efeitos que já não podem ser mais revertidos.

Durante o desastre climático do Rio Grande do Sul, os veículos de jornalismo fizeram uma cobertura intensa, dando importante contribuição informativa e orientando o público. As notícias revelaram as falhas no sistema de proteção contra enchentes da cidade de Porto Alegre, ouvindo a população, técnicos e pesquisadores das universidades, além das autoridades e da Defesa Civil. Faltou à cobertura mais visibilidade ao drama enfrentado pelas comunidades tradicionais como da pesca artesanal, indígenas e quilombolas, além de grupos como a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de trafegar pelas vias públicas inundadas ou destruídas e a falta de preparo dos profissionais diante de um desastre de tal magnitude, podem explicar essas ausências. Foi necessário entender o que estava acontecendo e ir em busca das fontes, preparar-se com equipamentos de segurança, viabilizar embarcações para chegar às regiões alagadas e enfrentar os problemas que foram surgindo, como a dificuldade de comunicação com as fontes do governo, o cansaço e o estresse emocional.

Contudo, avalia-se que a cobertura foi positiva e cumpriu com a finalidade de informar a população. A emergência climática e os riscos anunciados pelo IPCC entraram na pauta do jornalismo. Espera-se que os profissionais tenham aprendido as lições em meio ao trauma sofrido, como a necessidade de dar mais atenção e tratar com propriedade as questões ambientais. Muitos foram diretamente afetados pelo desastre, tiveram suas moradias tomadas pelas águas e precisaram de socorro. Ainda assim, seguiram trabalhando. No meio político, poucas mudanças são observadas. Uma delas foi o PL 194/24, aprovado pela Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, que obriga a realização anual de exercícios de fechamento das comportas do Sistema de Proteção Contra Cheias no Município, sempre no dia 03 de maio de cada ano (Câmara Municipal de Porto Alegre, 2024).

O cenário aponta para as grandes responsabilidades do Jornalismo, que precisa incorporar o olhar do Jornalismo Ambiental e compreender que o engajamento em defesa da sociobiodiversidade é o caminho. Os riscos climáticos devem ser comunicados à sociedade de forma clara e acessível, garantindo que as pessoas saibam como se preparar para os desastres e quais medidas tomar caso precisem deixar suas casas. É necessário aprender que o planeta sempre apresentou os limites para as ações humanas, em especial aquelas relacionadas à exploração dos recursos naturais. Essa percepção depende de uma alfabetização ecológica, que deve iniciar na tenra idade, na família e na escola. Em 1982, no livro “O Ponto de Mutação”, Fritjof Capra fez uma provocação aos jornalistas:

Uma vez que tenhamos conseguido executar essa reforma nos meios de comunicação, poderemos então decidir o que precisa ser comunicado e como usar eficazmente esses veículos para construir nosso futuro. Isso significa que os jornalistas também deverão mudar, e seu modo de pensar fragmentário deverá tornar-se holístico, com uma ética profissional baseada na consciência social e ecológica (Capra, 1982, p. 400).

Para concluir, recomenda-se aos jornalistas que fiquem atentos à responsabilidade que os humanos têm com a sustentabilidade da vida no planeta. Ailton Krenak (2022, p.70) nos inspira quando nos convoca a “reflorestar o imaginário”. Este é um caminho para ul-

“Os riscos climáticos devem ser comunicados à sociedade de forma clara e acessível, garantindo que as pessoas saibam como se preparar para os desastres e quais medidas tomar caso precisem deixar suas casas. É necessário aprender que o planeta sempre apresentou os limites para as ações humanas, em especial aquelas relacionadas à exploração dos recursos naturais. Essa percepção depende de uma alfabetização ecológica, que deve iniciar na tenra idade, na família e na escola.”

trapassar as “monoculturas da mente” (Shiva, 2003, p.15), pois outros mundos inclusivos precisam ser vislumbrados tendo por base a solidariedade, a justiça social, a construção da paz e de uma cultura de precaução e de prevenção aos desastres climáticos. ■

Referências

1. Agapan (2023) *Carta aberta ao governador e aos deputados do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/carta-aberta-governador-deputados-rs-set-2023> (Acesso em: 20 jan. 2025).
2. Agapan (2024) *Manifestação Agapan sobre aprovação do PL 151/2023, da destruição de Áreas de Preservação Permanente*. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/manifesta%C3%A7%C3%A3o-agapan-sobre-aprova%C3%A7%C3%A3o-do-pl-151-2023-da-destrui%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1reas-de-preserva%C3%A7%C3%A3o-permanente> (Acesso: 20 jan. 2025).
3. Bacchetta, V. (2000) ‘El Periodismo Ambiental’, in Bacchetta, V. (coord.) *Ciudadania Planetária: temas y desafíos del periodismo ambiental*. Montevideo: IFEJ.
4. BBC News Brasil (2009) ‘Veja os principais pontos do acordo de Copenhague’, *BBC News Brasil*, 19 de dezembro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091219_acordoanalise (Acesso: 19 fev. 2025).
5. Belmonte, R. V. (2017) ‘Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro’, *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), pp. 110-125. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656/3817> (Acesso: 10 out. 2024).
6. Bueno, W. da C. (2007) *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara.
7. Câmara Municipal de Porto Alegre (2024) PLL n° 191/24. *Altera o Art. 1º, do PLL n° 194/24 e dispõe a obrigatoriedade de realização anual de exercícios de fechamento das comportas do Sistema de Proteção Contra Cheias no Município de Porto Alegre, sempre no dia 03 de maio de cada ano*. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/140164/E1_PLL194.pdf (Acesso: 19 de fev. de 2025).
8. CNN Brasil (2024a) ‘O que é a microexplosão atmosférica, fenômeno esperado no Sul do Brasil?’, *CNN Brasil*, 02 de maio. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-e-a-microexplosao-atmosferica-fenomeno-esperado-no-sul-do-brasil/> (Acesso: 19 fev. de 2024).
9. CNN Brasil (2024b) ‘Alagamentos, destruição e 183 mortes: relembre a tragédia das chuvas no RS que marcou 2024’, *CNN Brasil*, 18 de dezembro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alagamentos-destruicao-e-183-mortes-relembre-a-tragedia-das-chuvas-no-rs-que-marcou-2024/> (Acesso: 19 dez. 2024).

10. Caporal, F. R. e Costabeber, J. A. (2000) 'Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural', *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1(1), pp. 16-37, jan./mar.
11. Capra, F. (1982) *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix.
12. Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2024) *Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8*. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8> (Acesso: 19 fev. 2025).
13. Dornelles, B. (2008) 'O fim da objetividade e da neutralidade no Jornalismo Cívico e Ambiental', *Brazilian Journalism Research*, 1(1), s/p.
14. Fante, E. M. (2012) *As representações sociais sobre o bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense*. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
15. Frome, M. (2008). *Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental*. Curitiba: Editora UFPR.
16. Girardi, I. M.T., Loose, E. e Steigleder, D.G. (2021) 'O esforço de alfabetização ecológica no campo do jornalístico', in Martins, A. T. (org.) *Trajetórias de pesquisa em comunicação: temas, heurísticas, objetos*. São Paulo: Pimenta Cultural, pp. 151-166.
17. Girardi, I. M. T., Pedroso, R. N. e Baumont, C. C. de. (2011) 'Jornalismo e Sustentabilidade: armadilha do discurso', in Girardi, I. M. T., Loose, E. e Baumont, C. C. de. (orgs.) *Ecoss do Planeta: Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 47-62.
18. Girardi, I. M. T., Loose, E. B., Steigleder, D. G., Belmonte, R. V. e Massierer, C. (2020) 'A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental', *Reciis – Rev. Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde*, 4(2), pp. 279-291.
19. Girardi, I. M. T. et al. (2013) 'Discursos e vozes na cobertura jornalística das COP 15 e 16', *Em Questão*, 19(2), pp. 176-194.
20. Greenpeace (2006) *Mudanças de clima, mudanças de vida*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/mudancas-do-clima-mudancas-de-vidas/> (Acesso: 18 out. 2024).
21. Jornal Nacional (2019a) *Índios se manifestam sobre decisão de governo de construir linha de Tucuruí*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7424044/programa/> (Acesso em 20 fev. 2025).
22. Jornal Nacional (2019b) *Temporais fazem parte de uma nova realidade, diz climatologista*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/09/temporais-fazem-parte-de-uma-nova-realidade-diz-climatologista.ghtml> (Acesso: 20 fev. 2025).
23. G1 (2021) 'Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19', *G1*, 22 de maio. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> (Acesso: 20 fev. 2025).
24. G1 (2024) 'Engenheiros afirmam que Porto Alegre não fez a manutenção adequada do sistema de proteção contra inundações', *G1*, 23 de maio. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/23/engenheiros-afirmam-que-porto-alegre-nao-fez-a-manutencao-adequada-do-sistema-de-protecao-contra-inundacoes.ghtml> (Acesso: 18 out. 2024).

25. Kovach, B. e Rosenstiel, T. (2004) *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.
26. Krenak, A. (2022) *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.
27. Lacerda, H. (2016) *A máscara da resiliência*. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/a-m%C3%A1scara-da-resili%C3%Aancia> (Acesso: 20 de jan. 2025).
28. Lacerda, H. (2023) *Mitigar não resolve, máscara e adia*. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/mitigar-n%C3%A3o-resolve-mascara-e-adia> (Acesso: 20 jan. 2025).
29. Leff, E. (2001) *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes.
30. Loose, E. B. (2010) *Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos*. Dissertação. (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
31. Loose, E. B. (2021) *Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
32. Loose, E. B. (2022) 'Cobertura climática desde o Sul: análise crítica de discursos jornalísticos não hegemônicos', *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 19(1), pp. 219-232.
33. Loose, E. B. e Belmonte, R. V. (2023) 'Activism in environmental journalism: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil', *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1594. doi: <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1594>.
34. Loose, E. B. e Girardi, I. M. T. (2017) 'O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos', *Interin (UTP)*, 22, pp. 154-172.
35. Loose, E. B., Camana, A. e Belmonte, R. (2017) 'A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo', *Revista FAMECOS*, 24(3).
36. Lutzenberger, J. (1974) 'Inundações, suas causas e consequências', in Lutzenberger, J. (ed.) *Manual de Ecologia: do jardim ao poder*. Porto Alegre: LP&M.
37. Milanez, F. (2021) *O futuro do gaúcho não depende do carvão*. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/carvao-artigo-milanez-mai-2021> (Acesso: 03 fev. 2025).
38. Moraes, C. H. de. (2015) *Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital*. 206p. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
39. Morin, E. (2006) *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
40. Oliveira, D. de. (2017) *Jornalismo e emancipação*. Curitiba: Appris.
41. Orlandi, E. P. (2000) *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
42. Prefeitura de Porto Alegre (2024) *Plano de Ação Climática*. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/monitoramento-reconstrucao> (Acesso: 19 fev. 2025).
43. Relatório Stern (2006) Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/relatorio-stern/> (Acesso: 19 fev. 2025).
44. Rio Grande do Sul (2010) Decreto nº 47.175, de 14 de abril de 2010 - Institui no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul o Programa Florestal RS, e dá outras providências. *Diário Oficial*

do Estado. Publicado no DOE em 15 de abril de 2010. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=54069&Texto=&Origem=1 (Acesso: 03 fev. 2025).

45. Rio Grande do Sul (2020) Dec nº 55.296, de 5 de junho de 2020 - Revoga de Decretos. *Diário Oficial do Estado*. Publicado no DOE em 08 de junho de 2020. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=66582 (Acesso: 03 fev. 2025).

46. Rio Grande do Sul (2024) Lei nº 16.111, de 9 de abril de 2024 - Altera a Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado*. Publicado no DOE em 10 de abril de 2024. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=75200 (Acesso: 03 fev. 2025).

47. Uma verdade inconveniente (2006) Dirigido por Davis Guggenheim em colaboração com Al Gore. Hollywood, California: Paramount Home Entertainment.

48. Shiva, V. (2023) *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia.

49. Schwaab, R. T. (2007) *O discurso jornalístico sobre a sustentabilidade em programas de rádio sobre o meio ambiente: uma análise do quadro Mundo Sustentável e do programa Guaíba Ecologia*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

50. Sordi, J. (2012) *Os sentidos do verde nas páginas do Jornal Zero Hora*. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

51. Terra (2024) 'Operação de guerra: como é o acolhimento nos abrigos de Porto Alegre em meio às enchentes', *Terra*, 8 maio. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/operacao-de-guerra-como-e-o-acolhimento-nos-abrigos-de-porto-alegre-em-meio-as-enchentes,807309e93a35c5eb16a6d715f4a692e8k9a7bwgw.html> (Acesso: 18 out. 2024).

52. Trindade, Vanessa (2019) Assembleia aprova projeto que moderniza o Código Ambiental do RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 11 dezembro. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/assembleia-legislativa-aprova-projeto-que-moderniza-o-codigo-ambiental-do-rs> (Acesso: 20 fev. 2025).